

Ficha de unidade curricular

Curso de Licenciatura 2021-2022

Unidade curricular

Direito Administrativo I – turma da noite

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Prof^ª Doutora Maria João Estorninho

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Prof^ª. Doutora Ana Neves, Prof^ª Doutora Sandra Lopes Luís e Dr^a Beatriz Garcia

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Nesta disciplina, os objetivos de aprendizagem consistem em compreender os problemas e desafios colocados pela atividade administrativa - ao longo da história e na atualidade - e suas implicações em termos de orgânica administrativa. Pretende-se que os estudantes conheçam os principais traços do regime jurídico-constitucional da Administração Pública portuguesa (em especial, os princípios constitucionais da organização administrativa) e se familiarizem com a estrutura orgânica da Administração Pública portuguesa e respetivo regime jurídico.

Conteúdos programáticos

1. Aproximação ao universo da Organização Administrativa.
2. Condicionantes político-constitucionais e europeias da Organização Administrativa. Princípios constitucionais da OA. A(s) reforma(s) administrativa(s).
3. A Administração Estadual.
4. Hierarquia Administrativa, superintendência e tutela.
5. Institutos públicos e Fundações públicas.
6. A Administração estadual empresarial.
7. A Administração autónoma. Associações públicas.
8. (cont.) Autarquias locais.
9. Órgãos colegiais.
10. Delegação de poderes.
11. Bens e meios humanos da Administração Pública.
12. Entidades privadas de utilidade pública.

Case study: implicações da pandemia de COVID-19 na Organização Administrativa

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

1. As aulas teóricas visam introduzir as diferentes temáticas, problematizar e deixar pistas de reflexão e de leitura. Nas aulas práticas trata-se de assegurar que os estudantes se familiarizem com a estrutura orgânica da Administração Pública portuguesa e o respetivo regime jurídico. Os estudantes são convidados a tomar contacto com a principal legislação administrativa em matéria de organização administrativa e, no quadro da avaliação contínua, a analisar diversos estatutos orgânicos de entidades administrativas e a realizar casos práticos.
2. Tratando-se de disciplina obrigatória, aplicam-se as regras de avaliação gerais, de acordo com o Regulamento de Avaliação. A avaliação contínua baseia-se na assiduidade e na participação nas aulas (teóricas e práticas), bem assim como na realização de teste escrito.

Bibliografia principal

MARIA JOÃO ESTORNINHO/MONIZ LOPES/SANDRA LUIS/JORGE PAÇÃO, *Direito Administrativo I, roteiro prático, jurisprudência e exames*, AAFDL, 2016, 2^a ed. 2018, reimpr.2020.
MARIA JOÃO ESTORNINHO, *A fuga para o Direito privado*, Almedina, Coimbra, 1996.
MARIA JOÃO ESTORNINHO/TIAGO MACIEIRINHA, *Direito da Saúde*, UCP, 2014.

NB. No roteiro é indicada bibliografia específica para cada tema.